

A AMBIGUIDADE DAS IDENTIDADES SEGUNDO ÉTIENNE BALIBAR

Daniel Arbaiza Rodriguez¹

Resumo: O trabalho exposto a seguir se dispõe a examinar o caráter ambíguo das identidades segundo as análises do filósofo francês Étienne Balibar. O texto irá se concentrar em suas obras a partir do final da década de oitenta, aonde ocorre um distanciamento do círculo formado em torno de Althusser e uma aproximação às filosofias da diferença de Foucault, Deleuze e Derrida. Buscaremos explicitar como o autor, mediante o prisma marxista do conflito de classes, irá denunciar o escalonamento dos indivíduos de modo hierárquico dentro da economia-mundo capitalista mediante múltiplos processos identitários, que respeitam uma lógica de manutenção da estrutura social internacional existente. O pano de fundo de tais análises são os crescentes movimentos xenófobos e neo-fascistas na Europa hodierna como reação à uma profunda crise do Estado-Nação, de suas instituições e da fragmentação de comunidades idealmente estabelecidas.

Palavras-chave: Étienne Balibar – processos identitários – nacionalismo – racismo.

O tema da ambiguidade das identidades, seu caráter ideológico e sua inserção numa lógica de relações de poder pulverizadas no campo social se encontra inserida na obra de Étienne Balibar numa ampla problemática acerca da redefinição da política, que passa por conceitos fundamentais como cidadania, fronteira, Estado, nação, democracia, etc.; todos entrelaçados e indissociáveis, constituindo um complexo tecido conceitual.

A noção de identidade a qual o autor se refere se mostra sempre de forma abstrata, inconsistente e fundamentalmente ambígua. Ela se torna mais concreta quando analisada a partir do prisma do pertencimento: a hipótese de saída de Balibar é que a toda identidade corresponde um sentimento de pertencimento, é o meio de se reconhecer membro de uma comunidade, participando de uma comunicação². A representação do *nós* cruza a individualidade do sujeito para entrar em comunicação com um *outro*, ela constitui o *prima* pelo qual se recebe e se constitui este *outro*. A transindividualidade que caracteriza a identidade se situa justamente na diferenciação com um outro, com o qual se possa contrapor a

1 Mestrando no programa Erasmus Mundus Europhilosophie (Philosophies allemande et française dans l'espace européen). Orientador: Pierre Montebello – Université Toulouse II Le-Mirail. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0950155021778431>. E-mail: danielarbaiza@hotmail.com

2 BALIBAR. *Droit de Cité*. p. 114. Todas as citações no presente serão por nós traduzidas.

singularidade a que se reivindica. Segundo o autor, o que encontramos é “uma produção de formas de individualidade humana na história, em relação com a 'comunidade' transindividual sempre dada, segundo as promessas complementares de semelhança e da vocação simbólica”³.

A identidade nunca é dada, não é natural, ela é uma construção em eterna transformação, uma identificação, seja ela voluntária ou não, a uma ampla gama de grupos sociais. Ela se encontra amparada na noção de cultura, quando costumes e ritos compõem uma imaginária similitude entre os indivíduos dentro de uma comunidade tal como se houvesse uma “natureza” ou “substância” comum, que se observaria no âmbito físico e espiritual em relação a regularidade dos gestos, comportamentos, da aparência de um equilíbrio simbólico. A fé também desempenha papel preponderante no processo histórico da construção das identificações, pois ela cria a ideia de uma fraternidade simbólica em torno de apelos transcendentais, tais como Deus, pátria, revolução, etc⁴.

Outro elemento fundamental para compreender os processos de identificação é a hierarquização que se estabelece em torno das referências comunitárias e de seus pertencimentos. Esta hierarquização não se restringe apenas à redução da diferença no processo de assimilação e absorção da singularidade do outro em prol de uma uniformidade e constância daquele que assimila em um processo totalizante, ela exerce uma comparação das diferenças em torno do grau de “assimilação” e “aderência” do outro. Portanto, o processo identitário se mostra como um olhar, um modo de observar, analisar e hierarquizar o outro e, em um só movimento, ver a si mesmo como pertencente a uma comunidade que vem a se contrapor, constituindo o *nós*. Ou bem se observa neste outro alguém próximo, um duplo no qual se reconheceria similitudes, continuidades; ou um outro inassimilável, com hábitos, valores e visão de mundo diferentes, e numa perspectiva mais extrema, mais ainda longe de ser obsoleta, de raça distinta, “natureza” e “substância” distintas.

O olhar que se lança sobre as culturas históricas da humanidade divide estas em dois pólos: entre as que se supõem universalistas e progressivas, e as irremediavelmente particularistas e primitivas. Constitui-se sempre um elemento balizador para a distinção e comparação entre grupos sociais em termos de assimilação. Esta relação de hierarquização passa por processos de projeção, de normatização e historicização que gravitam em torno da comunicação que se estabelece com o outro. A construção imaginária de grupos distintos se ampara na concepção de uma identidade unívoca, sem alteridade, no qual o sujeito se identifica (consciente ou inconscientemente) ou é identificado, segundo o papel social que

3 BALIBAR. *La Crainte des Masses : politique et philosophie avant et après Marx*. p. 367.

4 BALIBAR. *La Crainte des Masses : politique et philosophie avant et après Marx*. p. 364.

desempenha segundo uma *cultura* determinada, na qual se estabelece em termos únicos: francês, árabe, latino, negro, gay, muçulmano, etc.

As identificações quase nunca são equivalentes, elas estabelecem distinções com pretensão de verdade, uma espécie de constatação das “diferenças naturais” entre os indivíduos; trata-se de um processo massivo de construção de identidades unívocas, que flutuam em torno de referências sempre em deslocamento e mutação. Ela alterna entre a aderência e a adesão do sujeito a uma determinada comunidade a qual se escolhe e se supõem poder participar ou se distanciar⁵.

O problema devém mais perigoso quando a identidade é imposta do exterior, podendo adquirir formas trágicas e patológicas, extremamente violentas, onde temos abundantes exemplos na história. O caso nazista, sempre recorrente, é exemplar no que tange a exacerbção de processos identitários, normatizadores, que desencadeiam grande violência até chegar ao ápice do delírio de pureza e da eliminação por completo do *outro*. A produção do inimigo, seja ele interno (como no caso da representação do judeu), ou externo (as demais raças inferiores, o comunismo, etc.) sempre põem em risco a vitalidade e segurança do corpo social. O ódio que se desencadeia em relação ao outro é uma idealização que surge de modo a salvar a sua própria identidade, a qual não se pode ser dissociada. O *Lebensraum* nazista, visava justamente a garantia de um território, de um espaço público próprio que estivesse livre do risco biológico, político, ideológico e econômico que representava o outro, sem o qual as condições de existência do povo alemão estariam em risco. A garantia da raça é a ausência de toda diferença, de toda anormalidade e alteridade.

A eliminação física do indivíduo hoje é algo inaceitável em uma sociedade, mas novas formas de exclusão social continuam em consonância com esta mesma lógica intrínseca aos processos de identificação; os delírios identitários e a exterminação se obliteram pelas violências anônimas e cotidianas, pela despersonalização e objetificação do sujeito nas sociedades contemporâneas. Temos, pois, dois extremos da identidade: a identificação e constituição do sujeito e a desidentificação e despersonalização absoluta.

A identificação pode alcançar estes dois extremos, tal como verificamos com o fascismo e o atual caso dos *sans-papiers* na Europa⁶ por exemplo, mas as situações cotidianas e ordinárias de exclusão e identificação passam por uma instância intermediária entre estes dois pólos. A opressão e exclusão que se leva a cabo respeita uma concepção de normalidade sem fixação a modelos contínuos, ela está ancorada numa complexa rede de instituições, na qual o Estado seria sua última e mais ampla expressão. O “Estado nacional-social” ao qual Balibar se refere, não sem ironia, é a politização das identidades, o ponto

5 BALIBAR. *Droit de Cité*. p. 115.

6 Cf. BALIBAR, Étienne. *Sans-papiers : l'archaïsme fatal*, Paris: La Découverte, 1999.

gravitacional e mediação de múltiplas instituições que criam a personalidade dos indivíduos; elas constituem as aderências e propiciam as adesões, se encontram em relações de poder, tal como numa análise foucaultiana.

Esta rede de instituições, na qual os processos identitários estão amparados, criam o meio no qual a vida não apenas se torna possível (já que não podemos desconsiderar a importante função social de determinadas instituições, tal como a escola, o hospital, a polícia, etc.), mas elas constroem o indivíduo a elaborar e escolher sua trajetória em seu seio, numa incessante escolha de múltiplas identidades em múltiplas instituições, tenham elas status ou não: família, igreja, partido, clubes, etc. É pelo pertencimento, pelas compatibilidades e hierarquização que se dão as identidades, em seu caráter descontínuo ou regular, ligadas materialmente e simbolicamente ao Estado, controladas totalmente ou parcialmente por ele.

É um contrasenso falar de identidades individuais e coletivas, já que toda identidade é individual⁷, ela é histórica e se constrói a partir de normas de comportamento, de valores sociais e símbolos coletivos. Os indivíduos não se identificam com os outros e tampouco se encontram fora da sociedade, os traços dominantes da identidade individual se constituem no âmbito das instituições e se transformam ao longo do tempo. Balibar afirma a relevância das instituições no processo identitário, na medida em que estas desempenham uma função preponderante na vida social e política, ela propicia o funcionamento “normal” de uma sociedade, distinguindo os papéis sociais de cada um e sua inserção na esfera econômica. Na vasta gama de esquemas ideológicos de construção da identidade comunitária, o papel de ideias como as de nação e cidadania se tornam centrais nas análises do autor, e em particular prende interesse sobre o caráter ideológico do nacionalismo que se liga a estas noções.

Para Balibar, a questão urgente do pensamento político hodierno passa pela compreensão do nacionalismo enquanto ideologia de uma identidade-nacional; as identidades linguísticas, religiosas e de classe se encontram reunidas e em comunicação com esta⁸. A forma nação seria assim um relato que atribui continuidade ao sujeito, longe de haver sempre existido, ela é a construção em múltiplas etapas que possuem o esquema idêntico da manifestação de uma personalidade nacional⁹, a ilusão de uma identidade unívoca a partir de uma análise histórica retrospectiva: a ideia de uma substância nacional invariável ao longo das gerações (daí a relevância das genealogias familiares), situadas em um território determinado, compartilhando um determinado legado histórico numa suposta continuidade de um projeto comunitário, de um mesmo destino. Este discurso ideológico se edifica no dia-a-dia, mediante um recorrente apego ao passado, numa imaginária singularidade em torno das formações

7 BALIBAR. *La Crainte des Masses : politique et philosophie avant et après Marx*. p. 146

8 BALIBAR. *La Crainte des Masses : politique et philosophie avant et après Marx*. p. 354.

9 BALIBAR; WALLERSTEIN. *Race, Nation, Classe : les identités ambiguës*. p. 117.

nacionais que seriam supostamente lineares e estariam diretamente ligadas a instituições (que possuem temporalidade descontínua). Há, portanto, uma mito por trás de toda formação nacional, que pressupõem a linearidade de acontecimentos qualitativamente diferentes, quase sempre sem pontos de convergência e sem implicações mútuas, e sobretudo, eventos históricos que não pertencem apenas a uma só nação¹⁰.

Este conceito de nação se mostra débil na medida em que afirma uma suposta unidade política em torno de uma identidade étnica originária, formada ao longo de uma história com uma evolução mais ou menos assinalável, relegando o encadeamento das relações conjunturais de sua formação a um segundo plano. Balibar vai chamar esta concepção de nação, uma “etnicidade-fictícia”¹¹: a nacionalização tendencial da sociedade, da cultura, língua e genealogia; homogeneidade de um povo no que tange a ideia de uma “substância” dita nacional, para além das particularidades individuais e posições sociais, compartilhando uma origem e interesses comuns. É a ideia de uma comunidade imaginária de pertencimento a uma filiação cultural e biológica, como representação de um sujeito coletivo, dotado de direitos e capaz de decisão. Noções como povo e raça, que se inserem na ideia de nação, além de possuir a ilusão de uma descendência e herança contínuas e controláveis, não possuem existência natural (tal como qualquer outra identidade), são construções de uma unidade imaginária que se contrapõe a outras possíveis.

Mediante a cristalização destas noções em estruturas políticas de caráter institucional, em aparelhos ideológicos de Estado como vai dizer Althusser, houve uma nacionalização involuntária das instituições e da sociedade por consequência. A forma moderna de Estado-nação soberano é devedora da formação histórica concreta da “economia-mundo” pré-capitalista (utilizando a terminologia de Wallerstein), com a polarização geopolítica entre centros e periferias, de estruturas de mercados organizadas e hierarquizadas, amparadas em métodos de acumulação e exploração, em relações de troca desiguais e pautadas na dominação econômica e militar. A ideologia da unidade nacional nasce assim no seio da estrutura econômica global, na participação de cada nação nesta, e sobretudo, como poder do centro sobre a periferia, como produto da colonização. Desta forma, Balibar afirma que “são as configurações concretas da luta de classes e não a 'pura' lógica econômica o que explicaria a formação dos Estados nacionais, cada um com sua história, e a correspondente mutação das formas sociais em formas nacionais”¹².

A forma nação é um instrumento ideológico de dominação de múltiplas lutas de classe, que propiciou o surgimento da burguesia no âmbito estatal, exercendo hegemonia

10 BALIBAR; WALLERSTEIN. *Race, Nation, Classe : les identités ambiguës*. pp. 119-120.

11 BALIBAR; WALLERSTEIN. *Race, Nation, Classe : les identités ambiguës*. p. 70.

12 BALIBAR; WALLERSTEIN. *Race, Nation, Classe : les identités ambiguës*. pp. 122-123.

cultural, política e econômica. O estabelecimento da instituição política do Estado-nação está estreitamente correlacionado com a consolidação da economia-mundo capitalista, que depende da polarização, do centro e periferia; da diferenciação ideológica entre indivíduos, entre classes, entre “variações e gradações” do homem como sua condição de possibilidade. Esta instituição política, na qual Balibar se referiu como “Estado nação-social”, intervém na economia, produz em seu caráter infinitesimal a formação dos indivíduos, a estrutura da família, a saúde pública, o âmbito da “vida privada” em consonância com uma politização das identidades: educação-nacional, família-nacional, saúde-nacional, literatura-nacional etc. A nacionalização é um fenômeno massivo e individualizante em um só movimento.

Mediante uma rede de mecanismos, de práticas cotidianas, de relações e tecnologias do poder, se estabelece e se reproduz a forma nação: constituição do *homo economicus, politicus, religiosus e nationalis*¹³. Edificado sobre a projeção da existência individual na trama de um relato coletivo, sobre o reconhecimento de um nome comum e de tradições que fazem parte de um legado histórico contínuo, o Estado nação-social produz um povo; mas como toda comunidade social, reproduzida mediante o funcionamento de instituições, é imaginário. A identificação nacional está submetida assim, a estruturas políticas e econômicas, a relações ideológicas que criam um sentimento de pertencimento a unidades culturais, que tornam possível uma representação de si. Ela devém um pressuposto para a comunicação dentro de uma sociedade e fora dela; hierarquizando, projetando-se e relativizando a diferença em detrimento da identidade. A relação com o “outro”, seja ele interno a uma sociedade, seja ele estrangeiro, possui uma distinção simbólica incontornável, um conflito de visões de mundo e num grau mais elevado, um conflito de “naturezas”. Esta ideologia é denominada nacionalismo: a fabricação institucional e estatal de uma consciência coletiva, dita nacional.

Os múltiplos nacionalismos possuem similitude em suas características de uniformização e universalidade, mas diferem no que tange a sua própria definição, diferem na projeção que efetuam em relação ao outro (por exemplo, o nacionalismo de uma nação colonizadora será diferente de um nação colonizada, nacionalismo de dominação e resistência). O nacionalismo é a expressão de estruturas sociais e da construção histórica das comunidades, da produção e reconhecimento do conflito identitário¹⁴. Em suma, esta ideologia cria uma cisão entre os homens, uma distinção entre *nós e outros* a partir de uma etnicidade-fictícia. O pertencimento que entra em jogo dentro das identidades é a da naturalização do nome, da constituição de si e da filiação com determinados outros, em coletividades que formam a própria representação do eu. Esta etnicidade-fictícia que é a base do nacionalismo, se sustenta sobre a ilusão da regularidade e consistência dentro de

13 BALIBAR. *Nous, citoyens d'Europe : les Frontières, l'État, le Peuple*. p. 32.

14 BALIBAR. *La Crainte des Masses : politique et philosophie avant et après Marx*. p. 356.

uma unidade particular e autônoma, tendo a religião, a linguagem e raça papéis fundamentais neste processo.

Por trás do nacionalismo, a religião não apenas se associa no que tange a prescrição de uma moral social, ou uma comunidade a partir de uma mesma concepção de alma; mas ela sacraliza o Estado e cria vínculos normativos, instaurando a “verdade” e a “lei”¹⁵, atribuindo uma noção de predestinação e de eleição divina¹⁶ em relação às demais comunidades.

A língua como instrumento de coesão nacional é um fenômeno moderno (podemos observar ainda hoje múltiplas nações plurilinguístas), mesmo conectando os indivíduos em torno de uma mesma estrutura de significantes linguísticos, não podemos pressupor que a comunicação é transparente e direta, pois ela se relaciona com as diferenças sociais de uma comunidade. Ela supõe ainda códigos e normas linguísticas comuns e relativamente estáveis, mas isto não dá conta de seu caráter de assimilação contínua de elementos adquiridos. A língua materna que seria o elemento-chave desta suposta coesão e que prescreveria seu destino e continuidade nas gerações vindouras pode ser uma “mãe adotiva”, no caso da violência da imposição de uma língua estrangeira em comunidades colonizadas, um *monolinguísmo* tal afirma Derrida¹⁷; ela pode sofrer mutações consideráveis em seu uso cotidiano, em especial no uso que os imigrantes lhe possam dar.

A raça, talvez o mais delicado dos elementos de uma etnicidade-fictícia, está ancorada na genealogia familiar, no parentesco, na suposição de uma transmissão de “substância” cultural, espiritual e biológica entre gerações pertencentes a uma mesma comunidade. Empreende-se uma contraposição de traços fisiológicos, de tonalidade de pele em uma primeira instância, mas o racismo também passa pelo invisível, na tentativa de verificar diferenças naturais e hereditárias que seriam passíveis de serem transmitidas dentro de uma sociedade e além dela. Balibar presta uma especial atenção no tema do racismo onde crê situar-se ideologicamente o processo de exclusão social.

A noção mesma de racismo é múltipla dado que suas manifestações são distintas, assim como seus operadores, ela se transforma ao longo do tempo¹⁸. No que tange ao racismo moderno, ele esteve amparado em diversos discursos cujas raízes se encontravam legitimados em teorias como as de Gobineau, Lapouge e Blumenbach por citar algumas; elas tinham como protótipo a antropologia evolucionista de raças “biológicas” que se elaboraram no final do século XIX. Estas teorias desempenharam uma função decisiva na cristalização de uma comunidade que se cria ao redor do significante da raça, cientificismos baseados em

15 BALIBAR; WALLERSTEIN. *Race, Nation, Classe : les identités ambiguës*. p. 129.

16 BALIBAR. *La Crainte des Masses : politique et philosophie avant et après Marx*. p. 358.

17 Cf. DERRIDA, Jacques, *Le Monolinguisme de l'autre*, Paris: Galilée, 1996.

18 BALIBAR. “La construction du racisme”, in *Actuel Marx*, pp. 11-12.

“evidências visíveis”, simulando discursos científicos em termos de visibilidade (estigmas corporais e diferenciações fisiológicas) e ocultação que constituirão a base para análises recorrentes em torno do racismo de massas.

A partir das teorias racistas, o discurso ideológico que se leva a cabo permite uma diferenciação entre sociedades, entre classes; permite uma decomposição interna de uma comunidade instituída. As noções generalizantes que utilizam são estigmatizações da diferença, uma violência por si só; elas se associam a concepções de degenerescência física, moral e estética, desvios de um padrão de normalidade. Estas distinções se levam a cabo não apenas sobre a figura do *outro* estrangeiro, de raça distinta, mas efetua diferenciações dentro de seu próprio *nós*, que irá devir como *outro*.

O racismo longe de ser uma análise biológica objetiva, é um produto histórico e cultural que está estreitamente correlacionado com o nacionalismo, ele está edificado sobre estruturas materiais, psíquicas e sociopolíticas que constituem esta identidade¹⁹. A um só tempo, institucional e sociológico, o racismo em suas múltiplas faces sempre possui ressonância além fronteiras, pois seu caráter projetivo e hierarquizante deve contrapor-se sempre com um outro. Porém, há de se ressaltar que estas fronteiras sempre são relativas pois podem se referir tanto ao âmbito exterior, dirigindo-se à outras populações e sendo considerado uma forma de xenofobia, ou interior, dirigindo-se contra populações minoritárias dentro do próprio Estado. Em suma, o racismo é como qualquer processo identitário: singular, não linear, constantemente ativo nas sociedades modernas e em ininterrupta formação, normatizando e estruturando comportamentos e subjetividades.

Para pensar estas relações Balibar vai privilegiar a figura do estrangeiro e do imigrante em um cenário de pós-colonização e complexificação dos fluxos capitalistas, onde ocorre a constituição de um novo espaço político; pois além de se formar novas estratégias de poder, novos modos de circulação de capital, novas tecnologias e fluxos de informação, as populações se encontrariam física e simbolicamente inteiramente submetidas às leis de mercado. Não obstante, o que irá se tornar o principal problema são os fluxos migratórios dentro deste cenário: procedentes das antigas colônias, este sujeito político aparece nos “centros” capitalistas fisicamente e simbolicamente. Vivendo no mesmo espaço urbano, integrando a força de trabalho e contribuindo para a economia, trazendo novos hábitos e costumes, este *outro* irá redefinir e desestabilizar fundamentalmente a representação de um *nós* idealmente estabelecido.

O indiscernimento em relação a este *outro* afeta diretamente o racismo, na medida em que este é o seu terreno, na medida em que a figura a contrapor-se está em um processo de mutação e configuração. Os critérios do racismo se tornam ambíguos e a busca da “verdade”,

19 BALIBAR, Etienne; WALLERSTEIN, Immanuel. *Race, Nation, Classe : les identités ambiguës*. p. 291.

do desvelamento do elemento corruptor escondido no corpo social se intensifica, assim como o próprio processo identitário para uma nova produção do *nós* e do *outro*. O que já era difícil mensurar numa escala biológica e moral devém paranóico com a multiplicidade de *outros*, da variedade de possíveis infecções²⁰. O racista surge como um “técnico” da psicologia social ou de um anticorpo, dependendo da metáfora que se queira adotar.

Esta nova configuração do racismo, a que Balibar irá chamar de neoracismo, se ampara em domínios do saber como a antropologia “diferencialista” e a sociobiologia²¹ para dar um novo caráter à xenofobia, a defesa do território e da identidade cultural e nacional, para estabelecer as novas divisões e fronteiras visando um distanciamento apropriado em relação ao *outro* que cada vez mais adquire a forma do imigrante.

A imigração tornou-se um substituto da noção de raça e agente da desintegração da consciência de classe para além fronteiras. Há um deslocamento do papel central do significativo biológico para o sociológico, no que tange às representações de ódio e medo ao outro. Os fenômenos de imigração que observamos hoje se complexificou de tal forma que não se restringe apenas no movimento de antigas colônias para as capitais (no caso europeu), mas se tornou, sobretudo um fenômeno global que muitas vezes não se limita a relação antiga colônia-colonizador, nem no âmbito de uma cultura ou idiomas em comum, seu principal operador será os fluxos de capital. Este novo *racismo sem raças*²² se define pela perspectiva de uma irredutibilidade das diferenças culturais, racismo que não apenas postula a superioridade de determinados grupos e povos em relação a outros, mas sobretudo, da nocividade da relativização e desaparecimento das fronteiras (limite do aparecimento e interação com o *outro*), da incompatibilidade e impossibilidade de assimilação das formas de vida e das tradições; o que Balibar, empregando o termo de Taguieff, chama de um *racismo diferencial*²³.

O contra efeito do fenômeno migratório é a crescente necessidade de preservar uma identidade nacional. A identidade desloca seu eixo biológico para uma certa herança cultural, uma história que cria um legado, seria o último bastião de uma nação. O elemento corruptor do “corpo estranho” do *outro*, com sua cultura e identidades diferentes, também possui dificuldade (ou resistência) em tomar parte deste legado, compreendê-lo, já que isso pode significar para ele uma certa “perda” de sua própria identidade original. Este choque de visões de mundo entre tradições seculares distintas se enquadra em um *racismo cultural*, uma incompatibilidade fundamental que impossibilita uma unidade, uma comunidade. Temos, pois,

20 Esta metáfora nos lembra o conceito que Roberto Esposito desenvolve a partir do aporte de Jacques Derrida sobre a noção de imunidade. O corpo estranho seria algo como um vírus, que atenta contra o corpo social, atenta contra seu bom curso, seu vigor e saúde, tolhe suas potencialidades.

21 BALIBAR, Etienne; WALLERSTEIN, Immanuel. *Race, Nation, Classe : les identités ambiguës*. p. 69.

22 BALIBAR, Etienne; WALLERSTEIN, Immanuel. *Race, Nation, Classe : les identités ambiguës*. p. 33.

23 BALIBAR. “La construction du racisme”, in *Actuel Marx*, p. 13.

uma variedade de tipos de racismo: diferencialista, étnico, cultural, sexual, interior, exterior, de opressão, extermínio e até mesmo de raça; todos possuindo o traço comum da exclusão social.

Dentro do Estado nação-social, a polarização que cobra plena evidência hoje no caso europeu analisado por Balibar, é a distinção entre os “nacionais” e os imigrantes (ou não nacionais). O controle generalizado (segundo as análises de G. Deleuze de uma “sociedade de controle”²⁴) destes imigrantes se encontra na categoria de uma “nova guerra” pós-moderna²⁵, que ancorada em uma ideologia neo-racista, surge como resposta à mobilidade de massas da população mundial. As fronteiras e o controle populacional (uma Biopolítica em termos foucaultianos) cobram uma nova significação já que tornam-se instrumentos de defesa de um capitalismo imperialista (segundo as interpretações de A. Negri e M. Hardt) contra a ameaça de um novo proletariado supranacional. Estas novas fronteiras estabelecidas não são geopolíticas, mas sobretudo, fronteiras de identidade, subjetivas, culturais e ideológicas²⁶.

É através do prisma do conflito de classes que Balibar interpreta o problema da ambiguidade das identidades. Ele ressalta que a identidade permite a divisão do eixo do trabalho na economia-mundo capitalista (identidade racial), dentro de superestruturas interestatais (identidade nacional) mediante a criação de estruturas familiares que permitem que a força de trabalho esteja à margem da estrutura salarial na acumulação de capital (identidade étnica). A internacionalização do capital coexiste com o princípio da pluralidade irreduzível das estratégias de exploração e domínio; ela representa a articulação de uma política econômica que está ligada à uma determinada combinação de técnicas, de financiamentos, condicionamentos para o trabalho de maior eficácia produtiva, assim como de uma política social de gestão e controle institucional da população (biopolítica). Nesta diferenciação entre centro e periferia da economia-mundo capitalista há uma distribuição geográfica, política e cultural das estratégias de exploração²⁷. Esta diferenciação no seio da luta de classes evidencia sobretudo constante redefinições de identidades de classes sociais (como as de um personagem de constituição e continuidade fictícias) em âmbito nacional e internacional. O Estado nação-social entra em crise não apenas pela falta de coesão de uma comunidade heterogênea, mas sobretudo diante do antagonismo social em incontrolável no âmbito global, de um novo proletariado que não se restringe mais a ser além fronteiras, mas cruza as próprias fronteiras, se torna verdadeiramente mundial.

A noção de classes, com seus conflitos, começam a suscitar novos problemas que ultrapassam fronteiras. Para que haja o escalonamento e hierarquização do proletariado, é

24 Cf. DELEUZE, Gilles. “Post-scriptum sur les sociétés de contrôle” in *Pourparlers*, pp. 240-247.

25 BALIBAR. *L'Europe, L'Amérique, la Guerre : réflexions sur la médiation européenne*. p. 166.

26 BALIBAR. *Nous, citoyens d'Europe : les Frontières, l'État, le Peuple*. p. 66.

27 BALIBAR; WALLERSTEIN. *Race, Nation, Classe : les identités ambiguës*. pp. 236-237.

necessário que haja um operador ideológico que possibilite efetuar rupturas, descontinuidades dentro da classe, pondo em xeque sua unidade e possibilitando a fissura que se instaura com a distinção entre o *nós* e *outro*. Tal como vimos, este operador ideológico é o racismo, aquele que não permite a comparação entre indivíduos de identidades distintas, que compartilham a mesma condição de trabalhadores, a mesma classe. Esta tecnologia do poder permite a legitimação da distinção e exclusão, diferenciação moral, política e biológica, classificação entre os integrantes de um grupo e aqueles que se encontram fora deste, é o operador ideológico da diferenciação e cisão da classe operária, pois não apenas subverte sua “consciência de classe”, mas opera um escalonamento hierárquico necessário ao sistema. O racismo mantém a estrutura social internacional existente e indica qual é a posição de um grupo determinado dentro do sistema social mundial.

Esta dramática situação de violência e exclusão do imigrante, e no senso mais amplo, do proletariado, é uma situação contraditória na perspectiva de Balibar, pois

Pela primeira vez uma humanidade efetivamente unificada (economicamente e tecnologicamente), em comunicação imediata consigo mesma, de um extremo do mundo ao outro (compreendido militarmente), começou a existir. Mas também pela primeira vez a polarização social se apresenta como uma divisão entre ricos e pobres em uma escala global, em uma única formação social²⁸.

O racismo propicia a cisão da humanidade em grupos essencialmente distintos, ela impossibilita a consciência de classe e o reconhecimento do outro.

Em suma, Balibar aponta com suas análises que a consciência de classe se vê obliterada pelo sentimento identitário propiciado pelo racismo e o nacionalismo. Existe, portanto, a necessidade de combater o progressivo fortalecimento da consciência de uma identidade nacional, e sobretudo contra os crescentes movimentos neo-fascistas europeus, movimentos de institucionalização da xenofobia e do neo-racismo²⁹ que surgem como resposta à inconsistência de identidades sempre ambíguas.

28 BALIBAR. *La Crainte des Masses : politique et philosophie avant et après Marx*. p. 369.

29 BALIBAR. “De la préférence nationale à l'invention de la politique” in *Droit de Cité*. pp. 89-132. Balibar se refere a movimentos como o Préférence Nationale, onde figuras como Jean-Marie Le Pen portam o discurso xenófobo e nacionalista ao qual se deve combater.

The ambiguity of identities according to Étienne Balibar

Abstract: The work exposed hereafter intends to examine the ambiguous character of identities according to the analyses of the French philosopher Étienne Balibar. The text will focus on his works from the late eighties, where there is a distancing from the circle formed around Althusser and an approach to the philosophies of difference of Foucault, Deleuze and Derrida. We will seek to explain how the author, through the prism of Marxist class conflicts, will denounce the echelonnement process of individuals in a hierarchical fashion within the capitalist world-economy based on multiple identity processes which respect the logic of maintaining the existing international social structure. The background of such analyses is the rise of xenophobic and neo-fascists movements which have not ceased to increase in today's Europe as a reaction to a profound crisis of the nation-state, its institutions and the fragmentation of ideally established communities.

Keywords: Étienne Balibar – identity process – nationalism – racism.

Referências bibliográficas

BALIBAR, Étienne. *La Crainte des Masses : politique et philosophie avant et après Marx*. Paris : Galilée, 1996.

_____. *Droit de Cité*. Paris : PUF, 2002.

_____. *L'Europe, L'Amérique, la Guerre : réflexions sur la médiation européenne*. Paris : La Découverte, 2003.

_____. *Nous, citoyens d'Europe : les Frontières, l'État, le Peuple*. Paris : La Découverte, 2003.

_____. La construction du racisme, In : *Actuel Marx*, Paris : PUF, 2005/2 – n° 38, pp. 11-28.

_____. Le retour de la race, In : *Mouvements*, Paris : La Découverte, 2007/2 – n° 50 pp. 162-171.

BALIBAR, Etienne ; WALLERSTEIN, Immanuel. *Race, Nation, Classe : les identités ambiguës*. Paris : La Découverte, 1990.